

Estudo constata País melhor, mas ainda desigual

Segundo Ipea, pobreza diminuiu com Plano Real, mas distância entre ricos e pobres se mantém

DENISE CHRISPIM MARIN

BRASILIA — Debruçado em dados estatísticos que mostravam a melhoria dos indicadores sociais em seu governo, o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu que a estabilidade da moeda nacional e o crescimento econômico verificados nos últimos sete anos não foram suficientes para mudar o quadro de desigualdade do País. A questão, para ele, tornou-se o maior desafio deste século. "Hoje uma melhoria muito pequena na distribuição de renda, muito pequena", declarou o presidente ao Estado.

"O que aconteceu no Brasil é que está melhorando a situação para todos, mas se mantém a desigualdade. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, a concentração de renda não se manteve estável, como no Brasil. Mas pior", comentou Fernando Henrique. A informação veio em apoio a um importante indicador social do País, que empolgou o presidente — a redução da pobreza, verificada desde a criação do Plano Real, em 1994.

O Coeficiente Gini, que mede a concentração de renda, alcança no Brasil 0,591 — o índice varia de 0 a 1, sendo 1 a pior colocação. Trata-se de um nível similar ao da África do Sul, economia cinco vezes menor que a brasileira, considerado crítico até entre os países mais populosos do mundo. O problema, avalia Fernando Henrique, é estrutural. Períodos de estatizações, regime militar, nacional-populistas, neo-liberais, liberais não mexeram na desigualdade social.

No gráfico da distribuição da renda desenhado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as oscilações são mínimas desde 1977 — o quadro nos últimos sete anos pouco se alterou. Os 10% mais ricos continuam a deter cerca de 52% da renda, enquanto os 50% mais pobres continuam com pouco mais de 10% do bolo. "Isso tem a ver com o regime capitalista. Não tem nada a ver com as políticas econômicas adotadas", comenta o presidente.

Economistas ouvidos pelo Estado concordam com o diagnóstico de Fernando Henrique de que o problema é estrutural e reconhece que a desigualdade é inerente ao regime capitalista. Mas discordam que esteja, nesse sistema econômico, a raiz da desigualdade tão elevada.

"Trazemos cinco séculos de renda concentrada. O Brasil começou mal", diz o professor Joaquim Pinto de Andrade, do departamento de Economia da Universidade de Brasília. "Trata-se do resultado de exclusões acumuladas ao longo dos séculos", reforça Roberto Martins, presidente do Ipea.

Euforia — Se não diminuiu a distância entre pobres e ricos, a estabilidade alcançou políticas sociais que, por sua vez, repercutiram nos indicadores de pobreza. Segundo o presidente Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a manutenção da desigualdade se deveu ao fato de que o Plano Real manteve o status quo das diferentes fatias da população. Ou seja, não se tocou na estrutura de distribuição de renda.

Segundo Martins, a proporcão de pobres passou para outro patamar, a partir do real. Em meados da década de 70, eles representavam 38% da população. Em 1982, atingiu seu nível mais alto, 51,1%. Desde 1995, o percentual de pobres mantém-se em uma média de 33,32%. Em 2000, foi de 31,9%. O único ano que registrou uma proporção menor foi 1986, quando atingiu 28,2%, como efeito do frustrado Plano Cruzado. Um ano depois, voltou a 30,9%.

Os dados, voltados para o estudo de renda, foram lidos com cautela pelo presidente. "A oposição vive dizendo que o governo fez a estabilização de, mas não trouxe avanço social", declarou. "So que não é verdadeiro. Diminuiu drasticamente o número de pobres. Isso é irrefutável. Não foi eu quem elaborou esses dados", comple-

BALANÇO SOCIAL

Como evoluiu o quadro do Brasil nas últimas décadas



Obs: 1991 - dado não disponível



Obs: 1985 a 1988, 1991 e 2000 dados não disponíveis

[*] Com base no coeficiente Gini de concentração de renda, que varia de 0,0 a 1,0, sendo 1,0 o pior índice



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

to, apontando o calhamaço. Os números reunidos pelo Ipea, instituto vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mostram uma evolução positiva nos principais indicadores sociais. Os dados mostram que, em relação a 1990 ou 1994, menos crianças morrem antes de completar um ano e a expectativa de vida do adulto é elevada. A taxa de mortalidade infantil, de 38,4% em 1995, caiu para 35,3% em 2000. A esperança de vida, de 65,5 anos no início da década, passou para 68,4 anos em 1999.

A taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos caiu de 15,6% em 1995, para 13,3% em 1999. Em 1983, 21,9% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever. O percentual das crianças de 7 a 14 anos na escola cresceu de 80,2% em 1995, para 90,2% em 1999. No início da década, 19,5% das crianças estavam excluídas das salas de aula. O trabalho precário entre os brasileiros de 10 a 14 anos reduziu de 16,5% para 12,3%.

Mesmo os indicadores associados ao conforto das famílias, como o consumo de bens duráveis, teve crescimento. Um exemplo foi a aquisição de televisores fixos. Em 1995, 22,3% dos domicílios possuíam aparelhos instalados. Em 1999, o percentual subiu para 37,6%.

Segundo Martins, esse quadro foi o resultado da elevação dos gastos sociais da União,

que permitiu a execução de programas orientados ao combate à pobreza. Em 1999, o governo federal destinou 13,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para o chamado "terceiro setor", o setor privado sem fins lucrativos.

Na lógica do presidente, esses dados demonstram o início do pagamento da dívida social. "Se nós persistirmos, eles vão ter ou podem vir a ter efeitos sobre a distribuição de renda, além de melhorar o nível de vida. Para ter esse efeito, é preciso algumas medidas específicas."

Estudos da FGV mostram que, se cada miserável do País tivesse uma renda adicional de R\$ 34 por mês, passaria a ter acesso a um consumo de calorías internacionalmente aceitável. Isso significaria gasto mensal de R\$ 1,7 bilhão para a União. Neri diz que os números são simbólicos, pois a solução para o problema passa por outras medidas distributivas.

Desde que era constituinte, em 1988, Fernando Henrique vem defendendo a criação de um imposto sobre o patrimônio para "quebrar" a concentração de renda. A ideia teria potencial de elevar a carga tributária sobre a parcela mais rica, mas caiu em desuso. "Se o governo adotá-lo, proprietários passam a comprar propriedades no exterior", constata o presidente.

UNIAO INVESTIU MAIS E RESULTADOS JÁ APARECEM

que permitiu a execução de programas orientados ao combate à pobreza. Em 1999, o governo federal destinou 13,2% do Produto Interno Bruto (PIB) para o chamado "terceiro setor", o setor privado sem fins lucrativos.

Na lógica do presidente, esses dados demonstram o início do pagamento da dívida social. "Se nós persistirmos, eles vão ter ou podem vir a ter efeitos sobre a distribuição de renda, além de melhorar o nível de vida. Para ter esse efeito, é preciso algumas medidas específicas."

Estudos da FGV mostram que, se cada miserável do País tivesse uma renda adicional de R\$ 34 por mês, passaria a ter acesso a um consumo de calorías internacionalmente aceitável. Isso significaria gasto mensal de R\$ 1,7 bilhão para a União. Neri diz que os números são simbólicos, pois a solução para o problema passa por outras medidas distributivas.

Desde que era constituinte, em 1988, Fernando Henrique vem defendendo a criação de um imposto sobre o patrimônio para "quebrar" a concentração de renda. A ideia teria potencial de elevar a carga tributária sobre a parcela mais rica, mas caiu em desuso. "Se o governo adotá-lo, proprietários passam a comprar propriedades no exterior", constata o presidente.

Especialistas sugerem fórmula que reúne educação e reforma agrária

Combate à desigualdade no País, no entanto, enfrenta resistência de diversos setores

BRASILIA — A grande distância entre pobres e ricos no Brasil somente será reduzida com políticas de educação e de reforma agrária. A fórmula, que significaria a melhor repartição do capital humano e da terra, foi repetida por três especialistas em distribuição de renda ouvidos pelo Estado. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) vai mais longe e propõe a criação de um programa de metas sociais, similar ao adotado para a inflação.

Os especialistas, entretanto, reconhecem que o combate às desigualdades no País enfrenta resistências arraigadas, que vão das elites aos sindicatos de trabalhadores. Segundo Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, existe uma noção equivocada na sociedade de que a diminuição da concentração de renda significa o empobrecimento dos ricos. "Na verdade, o que se pretende é elevar as condições do piso da pirâmide, ou seja, melhorar a renda e a qualidade de vida dos mais pobres", afirma ele.

A constatação de que educação e reforma agrária teriam o poder de aliviar as desigualdades é compartilhada por Neri e por seus colegas economistas Joaquim Pinto Andrade, da Universidade de Brasília (UnB), e Roberto Martins, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os três concordam que um dos instrumentos mais eficazes em ação é o Programa Bolsa-Escola.

Com um princípio assistencialista — doar dinheiro para famílias de baixa renda que mantêm as crianças na escola —, a ideia é apontada como um meio eficaz de melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por uma geração que tentaria a reprodução a exclusão vivida por seus pais. Tende, portanto,

a atingir uma parcela dos brasileiros condenada à indigência. Dados da IGV mostram que, no Brasil, 29,3% da população e considerada miserável. Desse conjunto, 46% é composto por menores de 16 anos.

Implantado inicialmente em Campinas (SP) e em Brasília, a fórmula foi encampada pelo governo federal no ano passado. Mas ainda é foco de críticas. "Destinar R\$ 15 por criança na escola, como faz o governo, é uma afronta", afirma Neri. "Dada a realidade orçamentária, o ideal seria que Estados e municípios também criem seus programas, para permitir uma transferência de recursos maior para essas famílias", completou.

A outra via indicada, a reforma agrária, conta com o potencial de diminuir as desigualdades desde que venha acompanhada do acesso aos conhecimentos, a tecnologia e ao crédito. Segundo Andrade, a maioria em todos os Trabalhadores Sem-Terra (MST) chama a atenção pela sua capacidade de mudar a estrutura da distribuição

de renda no País. Ele explica que, além de representar a posse de meios de produção por uma parcela atualmente excluída da população, a reforma agrária tenderia a abrandar a desigualdade nas cidades. "Enquanto houver migração do campo para as áreas urbanas, haverá mão-de-obra barata nas cidades", afirmou.

Segundo Neri, o amadurecimento da política social no governo nos últimos anos, com a compreensão da restrição orçamentária, abre a possibilidade para a adoção de metas para a redução da pobreza e das desigualdades.

A proposta da FGV é seguir o modelo adotado pelo governo para a inflação. Seriam fixados objetivos para os próximos anos de aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado com base em indicadores de expectativa de vida, de grau de escolaridade e de renda per capita, que alcançou 0,750 em 1999. (D. C. M.)

DF é espelho das diferenças do País

BRASILIA — O Distrito Federal sintetiza as mazelas do desequilíbrio entre pobres e ricos do País. O conjunto formado por Brasília e pelas cidades a seu redor — em uma área de apenas 5.822 metros quadrados e com cerca de 2 milhões de habitantes — apresenta o maior nível de concentração de renda entre os Estados do Brasil. O Coeficiente Gini atingiu 0,628 em 1998.

O Distrito Federal registra o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil — 0,869. O Ipea constata ainda que, no Distrito Federal, a parcela 10% mais rica da população se apropria de 48,9% da renda local. Aos 20% mais pobres cabe a fatia de apenas 2% da renda. "Brasília é o retrato do Brasil", resume o economista Roberto Martins, presidente do Ipea. "A renda per capita local é 70% maior que a de São Paulo, mas a distribuição da riqueza é pior."

Os dados do Ipea mostram ainda que o Estado de São Paulo, que detém a segunda maior renda média domiciliar per capita mensal do País, de R\$ 421, conta com um Coeficiente Gini de 0,542 — menor, portanto, que a própria média nacional. No Estado, a parcela dos 10% mais ricos detém 42,7% da renda local. "Trata-se de um patamar típico dos locais com elevada concentração de renda", reforça Martins. (D.C.M.)

Para presidente do Ipea, dados devem ser vistos com reservas

Índice não usa, por exemplo, métodos qualitativos para apontar grau de desigualdade

BRASILIA — A concentração de renda na Índia alcança 0,378, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Em Uganda chega a 0,374, e na Coreia, a 0,316. Tratam-se de índices pouco maiores que os dos países escandinavos e similares aos da Europa Ocidental e da Rússia — menos ares, a 0,1. Estados Unidos, de 0,408.

Subdesenvolvidos como o Brasil, essas economias surpreendem na desigualdade por mostrar um quadro menos cruel que o brasileiro. Embora correta, a comparação traz uma pequena armadilha.

Segundo Roberto Martins, presidente do Ipea, os números do Coeficiente Gini devem ser lidos e comparados com algumas reservas.

Criado pelo estatístico italiano Corrado Gini (1884-1965), um pioneiro nos estudos das características mensuráveis das populações, o cálculo permite identificar as diferentes camadas sociais de uma região. Índia e

maiores concentradores, entre os quais o Brasil.

Segundo Martins, o Brasil tem um coeficiente similar ao da África do Sul, de 0,593. Mas deveria ser comparado com economias equivalentes, como o México e a Argentina. Mesmo nesses casos, entretanto, há problemas. A Argentina, por exemplo, inclui apenas o índice de áreas urbanas. O próprio Pnud chama a atenção para a possibilidade de uso de métodos qualitativos para a identificação do grau de desigualdade de uma economia. (D.C.M.)

Uganda, Coreia, México, são países com maior proporção de pobres que o Brasil, mas a distância entre o mais miserável e o mais rico é menor que a verificada no País.

O coeficiente varia de zero a um. Zero indica a perfeita igualdade de renda. O resultado um significa a concentração da riqueza nas mãos de uma única pessoa. A Eslováquia, a Rússia e o Uruguai, com coeficientes de 0,4 a 0,5; e os países escandinavos, com 0,609. Entre um extremo e outro estão os países escandinavos e da Europa Ocidental, que variam entre 0,3 e 0,4; os Estados Unidos, a Rússia e o Uruguai, com coeficientes de 0,4 a 0,5; e os países escandinavos, entre os quais o Brasil.

Segundo Martins, o Brasil tem um coeficiente similar ao da África do Sul, de 0,593. Mas deveria ser comparado com economias equivalentes, como o México e a Argentina. Mesmo nesses casos, entretanto, há problemas. A Argentina, por exemplo, inclui apenas o índice de áreas urbanas. O próprio Pnud chama a atenção para a possibilidade de uso de métodos qualitativos para a identificação do grau de desigualdade de uma economia. (D.C.M.)